

9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 276/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 50) Processo: 08660.020126/2006-32; Interessado: Roberto Brauner Penteado; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 277/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 51) Processo: 08660.000712/2007-41; Interessado: Ronaldo Martins Dutra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 278/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 52) Processo: 08660.030978/2000-42; Interessado: Paulo Rogério Viana do Carmo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 279/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 53) Processo: 08667.000069-10, 08667.000324/2007-09, 08667.000325/2007-45 e 08667.000326/2007-90; Interessado: William Peter de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações -

JARI da 12ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 280/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 54) Processo: 08660.001873/2007-52; Interessado: Pedro Gabino Rajão; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 281/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 55) Processo: 08659.023584/2005-81; Interessado: Onivaldo Moraes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 7ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 282/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 56) Processo: 08660.019254/2006-33; Interessado: Enio da Silva Soares Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 283/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 57) Processo: 08660.005502/2004-94; Interessado: Maristela Maria Barbieri; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Trans-

portes. Após apresentação do Parecer 284/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 58) Processo: 08659.005701/2005-25; Interessado: Gerson Luiz Gonçalves; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relator: Paulo Sergio França de Sousa Junior - Ministério dos Transportes. Após apresentação do Parecer 285/2010, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA  
Presidente do Conselho

RUI CÉSAR DA SILVEIRA BARBOSA  
p/Ministério da Defesa

ESMERALDO MALHEIROS SANTOS  
p/Ministério da Educação

RUDOLF DE NORONHA  
p/Ministério do Meio Ambiente

ELCIONE DINIZ MACEDO  
p/Ministério das Cidades

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 426, DE 13 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000558/2002, resolve:

Autorizar a RÁDIO JORNAL FM LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Paicandu, Estado do Paraná, canal 238, classe A2, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no município de Maringá, Estado do Paraná, e aprovar seus locais de instalação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### PORTARIA Nº 486, DE 31 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições, em conformidade com o disposto no art. 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.012389/2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização da transferência indireta da permissão outorgada originalmente à RÁDIO SOM MAIOR FM LTDA, para execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, conforme atos relacionados nesta portaria.

Art. 2º Aprovar os quadros societário e diretivo da entidade, conforme consta nesta Portaria.

Art. 3º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, arquivada na repartição competente, para aprovação deste Ministério.

Art. 4º Determinar que, após aprovação dos atos por este Ministério, se proceda à devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### PORTARIA Nº 523, DE 14 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000243/2002, Concorrência nº 085/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO FM DE PORTO DA FOLHA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cristinápolis, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Revogar a Portaria nº 57, de 24 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 subsequente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

#### PORTARIAS DE 14 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
519	53000.006212/06	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Catolé do Rocha	Catolé do Rocha/PB
521	53000.000480/06	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão de Cachoeira do Pirá - ASDECAP	Cachoeira do Pirá/PA

524	53000.062473/06	Associação Cultural Araucária de Pinhal da Serra	Pinhal da Serra/RS
526	53000.028487/09	Associação Beneficente São Francisco de Assis de Medeiros-MG	Medeiros/MG
530	53000.021209/05	Associação Comunitária e Cultural de Comunicação do Chui	Chuí/RS

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 14 de junho de 2010

Ação Ordinária nº 0001192-18.2009.4.05.8102. Processo Administrativo nº 53650.000728/2001. Acolho o PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1308 - 1.07 / 2006. Encaminhe-se o referido processo, acompanhado do citado parecer e da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República, para os fins do previsto no art. 223, da Constituição Federal. Publique-se.

Em 14 de junho de 2010

Tendo em vista o pedido de reconsideração interposto pela licitante SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÕES LTDA no bojo da Concorrência nº 060/2001-SSR/MC, acolho o PARECER/ Nº 0541/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer da manifestação por intempestividade, conforme Anexo I, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Entretanto, adotando-se a autotutela administrativa, retifique-se a publicação do Diário Oficial da União de 12/06/2008 para considerar intempestiva a manifestação de RÁDIO ALTERNATIVA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA, conforme o Anexo II. A autotutela impõe, ainda, a manutenção do ato de anulação da habilitação da licitante SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÕES LTDA no certame.

### ANEXO I

#### PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO CONHECIDO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	PROCESSO
060/2001	PR	CHOPINZINHO E DOIS VIZINHOS	53740.000253/2001

### ANEXO II

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO- DOU DE 12/06/2008- PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	PROCESSO
060/2001	PR	DOIS VIZINHOS	53740.000228/2001

Em 15 de junho de 2010

APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2007, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, fundamentado na Informação nº 239/2010/CGEO/DEOC/SCE-MC, o pedido formulado pela GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A para execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar a cobertura de uma Estação Reforçadora de Sinais Digitais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na região do Bairro Jardim Alvorada, no município de Belo Horizonte/MG. Encaminhe-se a ANATEL para providências devidas.

15/06

APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2007, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, fundamentado na Informação nº 239/2010/CGEO/DEOC/SCE-MC, o pedido formulado pela GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A para execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar a cobertura de uma Estação Reforçadora de Sinais Digitais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na região do Bairro Jardim Alvorada, no município de Belo Horizonte/MG. Encaminhe-se a ANATEL para providências devidas.